

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA AS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA PÓS LDB 9.394/96: A QUESTÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO
BÁSICA**

JOSÉ ROBERTO CARVALHO

Curitiba, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA AS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA PÓS LDB 9.394/96: A QUESTÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora Dr.^a Taís Moura Tavares.

Curitiba, 2008.

C324a **Carvalho, José Roberto.**
Análise da política educacional para as pessoas com deficiência pós LDB 9.394/96: a questão do acesso à educação básica/ José Roberto Carvalho. - Curitiba: UFPR, 2008.
131 p.
Inclui bibliografia e anexos.

Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Paraná. 2008.

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. 2. Educação especial – Brasil. 3. Inclusão. 4. Educação - Aspectos políticos e econômicos.
I. Título.

CDD 371.9

JOSÉ ROBERTO CARVALHO

**ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA AS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA PÓS LDB 9.394/96: A QUESTÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Aprovada em 29 de fevereiro de 2008.

Banca examinadora

Presidente:

Dr.^a Taís Moura Tavares

Examinadora:

Dr.^a Maria Dativa Salles Gonçalves.

Examinadora:

Dr.^a Laura Ceretta Moreira

Dedico este trabalho aos operários e trabalhadores em geral, até mesmo pelo fato de que, apesar de não produzir nossa subsistência ao longo desse processo investigativo, nunca deixamos de consumir mercadorias vitais para nossa existência: comer, beber, vestir, utilizar transporte rodoviário e urbano, etc. Assim, esse trabalho só pôde ser desenvolvido em função do trabalho executado diária e, ininterruptamente, pela imensíssima maioria da classe trabalhadora, a qual, em regra, ainda se encontra totalmente apartada do ensino superior, face à sua condição material ainda estar subsumida aos grilhões da exploração capitalista.

AGRADECIMENTOS

Reconheço o valor ao encorajamento para a produção dessas laudas à coletiva jornada de militância junto ao movimento de pessoas com deficiência, bem como os estudos realizados ao longo de nossa graduação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Agradeço ainda, em especial, a professora Tais Moura Tavares, por ter acolhido o projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação. Sobretudo, ao considerar que, mesmo a temática relacionada à educação das pessoas com deficiência estar recebendo relevantes contribuições teóricas, ainda é forte a idéia de que discussões como essa não constituem terreno fértil à dedicação de esforços críticos. Fato derivado em maior medida, face à predominante incidência de versões de um equivocado limbo ético social crescente, o qual estaria a rumar ao atendimento das necessidades "específicas" das ditas minorias.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de análise o acesso das pessoas com deficiência à rede pública de ensino no marco da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei: 9.394/96), quando se marca o fato, até então inédito, da proposta de oferta de educação formal a essas pessoas preferencialmente na rede estatal de ensino. O trabalho aponta como pressuposto para a necessidade dessa política não se encerrar nos limites do Estado mínimo, considerado que essa política tende a se posicionar na contramão da redução dos gastos estatais. Essa dissertação, como fundamento da análise, estabelece uma contextualização dos fatores econômicos e políticos que determinaram as políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência no Brasil, nos diferentes momentos históricos. Apresenta-se, também, uma sucinta descrição dos paradigmas de "inclusão responsável" e a entendida "inclusão radical", apontando insuficiências presente nas duas versões. A partir desse quadro, analisam-se os dados de matrícula na educação especial, estabelecendo uma comparação no até então predominante atendimento isolado e no modelo de acesso à rede estatal de ensino. Essa investigação identifica, apesar dos muitos vieses ideológicos e limites percebidos nessa política, importantes avanços em termos de cobertura escolar.

PALAVRAS CHAVE: escolarização de pessoas com deficiência; segregação e inclusão; oferta estatal na educação especial.

ABSTRACT

This work intends to analyse the access of people with deficiency to public education system after the Law 9.394/96 (Brazil), when, at first time, there was a proposal to offer formal education to these people, preferably in the state-owned education system. The work points as presuppose to the need that this politic don't stop in the limit of the minimum state because it tends to be in the opposite direction of the reduction of state expenses. This dissertation, as foundation of analyse, establish a contextualization of economical and political factors which determined the educational politics to people with deficiency in Brazil, in different historical moments. Also shows a brief description of the paradigm of "responsable inclusion" and the understood "radical inclusion" pointing the insufficiencies which have the two versions. Then, are analysed the facts of enrolment in the special education, making a comparison by the predominant isolated service and the model of access to state-owned education system. This investigation identifies, in spite of many ideological views and limits perceived in this educational politic, that important advances happen in scholls.

KEY WORDS: schooling of people with deficiency; segregation and inclusion; state offer in special education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 O MARCO HISTÓRICO DO PROCESSO	13
1.1 O BERÇO DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: ALGUNS DESDOBRAMENTOS DO SÉCULO XX	13
1.2 AS CONQUISTAS FORMAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LEI Nº 9.394/96	27
1.3 AS PROPOSTAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	31
2 CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM O DEBATE DA INCLUSÃO E O EXEMPLO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DIRIGIDA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PARANÁ	43
2.1 FUNDAMENTO TEÓRICO DA ANÁLISE: O CONHECIMENTO COMO DIREITO	45
2.2 LIMITES DAS CONCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO FACE AO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	51
2.3 O ESTADO DO PARANÁ COMO EXEMPLO DOS DESDOBRAMENTOS DO DIREITO DE ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À REDE ESTATAL DE ENSINO	72
3 A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PÓS LDB 9.394/96: O ACESSO À REDE ESTATAL DE ENSINO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO	91
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
ANEXOS	131